

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS-UNIS/MG
COMUNICAÇÃO SOCIAL COM HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
GABRYELLA CARVALHO TRINDADE

**JORNALISMO COMUNITÁRIO: uma alternativa para dar voz às comunidades
subalternas**

Varginha
2018

GABRYELLA CARVALHO TRINDADE

**JORNALISMO COMUNITÁRIO: uma alternativa para dar voz às comunidades
subalternas**

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo do Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS/MG como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel, sob orientação da Prof. Dra. Carina Adrielle Duarte de Melo Figueiredo.

**Varginha
2018**

GABRYELLA CARVALHO TRINDADE

**JORNALISMO COMUNITÁRIO: uma alternativa para dar voz às comunidades
subalternas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo do Centro Universitário do Sul de Minas Gerais - UNIS/MG como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel, sob a orientação da Prof. Dra. Carina Adriele Duarte de Melo Figueiredo.

Aprovado em / /

Prof. Dra. Carina Adriele Duarte de Melo Figueiredo

Prof. Dr. Lúcio Garcia Caldeira

Prof. Me. Lucas Magalhães

Dedico este trabalho a todos que me ajudaram a realizá-lo e que me possibilitaram cumprir uma importante etapa da minha vida. Dedico também a todos aqueles que mesmo com as dificuldades nunca desistiram de conquistar seus sonhos e o seu espaço.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por todo apoio, incentivo e paciência. À minha orientadora, Carina, à Bianca e aos meus amigos por toda força, compreensão e por caminharem comigo durante todos esses anos e, à minha família pelo incentivo e valorização. A caminhada se torna mais simples e fácil ao lado de quem amamos.

“Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão.”
– Paulo Freire

RESUMO

Este estudo irá analisar e discutir o silenciamento da mídia para as questões das comunidades subalternas, que são grupos de pessoas que vivem em situação de exploração e que buscam uma vida digna e com melhores condições. Uma análise importante, já que, busca discutir a influência que a grande mídia tem sobre a vida das pessoas e a relação de poder que ela constrói e que pauta suas ações. Além disso, o presente trabalho irá trazer o jornalismo comunitário como um importante instrumento de mobilização social e uma alternativa para dar voz a esses grupos. Essa tarefa será conseguida através de revisões bibliográficas de autores influentes sobre os temas como Raquel Paiva, Eni Ernandi Puccineli, Noam Chomsky, Paulo Freire, Dennis de Oliveira, Círculo M. Krohling Peruzzo e outros. Através dessa pesquisa pretende-se mostrar o quanto é importante a grande mídia ceder um espaço para que as pessoas possam abordar seus problemas, sem silenciar as lutas das classes subalternas ao priorizar outros assuntos.

Palavras-chave: Jornalismo Comunitário. Mídia. Silenciamento.

ABSTRACT

This study will analyze and discuss media blackout for the issues of subaltern communities, which are groups of people living in a situation of exploitation and seeking a dignified life with better conditions. An important analysis since, it tries to discuss the influence that the media has on the life of the people and the power relation that it builds and that guides their actions. In addition, the present paper will bring community journalism as an important instrument of social mobilization and an alternative to give voice to these groups. This task will be achieved through bibliographic reviews of influential authors on the subject such as Raquel Paiva, Eni Ernandi Puccineli, Noam Chomsky and others. Through this research it is intended to show how important it is for the mass media to give a space so that people can approach their problems without silencing the struggles of the subaltern classes when addressing subjects that may cover their own interests.

Key words: Community Journalism. Media. Silencing.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 JORNALISMO E COMUNIDADE.....	11
2.1 Conceito de Comunidade	12
2.2 Aproximações conceituais da comunicação comunitária e comunidade	15
2.3 Contexto histórico da comunicação comunitária	17
3 PAPEL DA MÍDIA	20
3.1 As memórias silenciadas de Armando Valladares, segundo Noam Chomsky	21
3.2 O poder da mídia, segundo Dennis de Oliveira.....	23
4 SILENCIAMENTO	25
4.1 O silêncio, segundo Eni Orlandi	26
4.2 O silêncio, segundo Paulo Freire	28
5 JORNALISMO COMUNITÁRIO COMO VOZ E RESISTÊNCIA	31
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

De que forma grupos subalternos se sentem inseridos no mundo atual? Como dar voz a esses grupos? De que forma reivindicam questões necessárias ao ambiente em que vivem e às suas condições de vida? Por quais meios mostram suas conquistas, os grandes dons e os grandes artistas que estão escondidos por aí? O espaço que a mídia cede a esses grupos são efetivos e mostram o que eles realmente precisam?

As respostas para as perguntas que se antecedem, sofrem grande influência do papel que é desempenhado pela mídia, um instrumento que possui grande influência social, política e econômica na sociedade e que reflete no comportamento, conduta e na vida das pessoas de uma forma geral. A grande mídia possui hoje, a capacidade de moldar a forma de pensar, agir, se comportar e até o vestir da massa. Ciente do poder que possui, ela filtra as informações, o que quer passar, como e quando quer passar.

Diante dessas questões o objetivo principal deste trabalho, é analisar e discutir o silenciamento da grande mídia em relação às comunidades subalternas, uma situação que contribui para manter esses grupos nas condições de subalternidade em que se encontram, que se caracteriza pelas dificuldades, limitações e inferioridade em relação às outras pessoas. O presente trabalho busca ainda, propor o jornalismo comunitário com um importante instrumento de mobilização social e uma alternativa para dar voz às comunidades subalternas.

A comunicação comunitária é uma prática jornalística feita dentro das comunidades e surge como uma forma de comunicação entre grupos que vivem em um mesmo ambiente e partilham dos mesmos interesses, além de lutarem por um mesmo objetivo ou mesmo reivindicarem algo.

O silenciamento, como menciona Eni Orlandi em seu livro *As formas do silêncio*, pode ser instaurado como um silêncio por meio da política de censura, que nas análises feitas, pode ser entendido como um limite instaurado pelos próprios veículos para omitir questões sociais e a inclusão de certos assuntos e grupos.

O presente trabalho busca assim, através de uma cronologia, apresentar o conceito de comunidade, o contexto histórico da comunicação comunitária que a princípio era muito conhecida e confundida como comunicação popular, vindo a ser substituída por comunitária nos últimos tempos e, ainda, analisar as aproximações conceituais e relação entre o conceito de comunicação comunitária e de comunidade.

Na sequência ainda será abordado o papel da mídia, que reproduz poder e dominação na sociedade, Dennis de Oliveira falará sobre o poder global contemporâneo que é sustentado por um tripé, sendo um deles exercido pela mídia. O silenciamento é também uma das principais temáticas discutidas e que terá como base os estudos de três autores influentes a respeito do assunto, Eni Orlandi, Paulo Freire e Teun van Dijk.

Ao final, o jornalismo comunitário será discutido como uma forma de voz e resistência para as comunidades subalternas. A análise de todas essas temáticas que são abordadas por grandes autores, terá como propósito sugerir uma forma de dar voz às comunidades considerando o silenciamento da grande mídia e as condições desses grupos de pessoas.

2 JORNALISMO E COMUNIDADE

Jornalismo e comunidade são dois conceitos diferentes que se mostram à primeira vista relativamente distantes, mas, que possuem uma grande conexão e um grande poder quando se unem. Conceituar comunidade bem como, a comunicação comunitária levará ao entendimento do que vem a ser o jornalismo comunitário e sua importância para as comunidades subalternas.

Comunidades essas, que são denominadas de tal forma, em razão das dificuldades e das condições inferiores que se encontram em relação às demais. Antonio Gramsci discorre em seus estudos a respeito das classes subalternas e da relação que se estabelece com o Estado, com a sociedade civil e com a hegemonia, que são possíveis processos de dominação.

Para Gramsci, “os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação.” Verifica-se, em seu processo histórico, que “na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta.” (SIMIONATTO, 2009, p. 41 apud GRAMSCI, 2002, p. 135)

Ainda segundo o autor, o Estado “anula muitas autonomias das classes subalternas”, pois a “ditadura moderna” ou contemporânea, ao mesmo tempo em que suprime algumas “formas de autonomia de classe, empenha-se em incorporá-las na atividade estatal: isto é, a centralidade de toda a vida nacional nas mãos das classes dominantes torna-se frenética e absorvente” (SIMIONATTO, 2009, p. 41 apud GRAMSCI, 1977, p.303), o que acaba por fortalecer a condição de subalternidade.

A comunidade aqui representada foge do mero conceito sociológico, neste estudo a comunidade vem a ser formada por grupos de pessoas que lutam por uma determinada causa, que possuem os mesmos interesses, objetivos e problemas a serem enfrentados. Ou seja, a comunidade aqui se enquadra em um contexto principalmente político diante da falta de apoio e de maior atenção dada pela grande mídia.

Quanto ao fazer jornalismo, esse método comunicacional tão importante nos dias atuais para difundir as informações que são do interesse de todos, também se encontra em um verdadeiro dilema através do discurso que utiliza e que conseqüentemente, carece de apoio e de uma atenção especial às classes subalternas.

Raquel Paiva discorre sobre comunidade e sobre a comunicação comunitária, interligando esses dois conceitos e o verdadeiro poder que possuem.

2.1 Conceito de comunidade

Neste primeiro momento, conceituar comunidade é fundamental para o entendimento do que vem a ser esses aglomerados nos mais diferentes contextos e as razões de suas formações. Entretanto, além da mera conceituação como laço social, o termo vem atualmente com uma ótica diferente: a de projeto político alternativo.

A definição de comunidade sofreu inúmeras adequações ao longo do tempo e passou por análises e descrição de diversos autores como Ferdinand Tönnies, Dascal, Zimmermann, Buber, Macleiver e Page. Cícilia Peruzzo (2006), em seu estudo sobre a evolução das concepções a respeito do termo, pôde delimitar ainda mais o conceito de comunidade e definir as condições básicas para a existência das mesmas, enumeradas como:

- a) um processo de vida comum por meio de relacionamentos orgânicos e certo grau de coesão social; b) autossuficiência (as relações sociais podem ser satisfeitas dentro da comunidade, embora não seja excludente); c) cultura comum; d) objetivos comuns; e) identidade natural e espontânea entre os interesses e seus membros; f) consciência de suas singularidades identificativas; g) sentimento de pertencimento; h) participação ativa; i) lócus territorial específico e i) linguagem comum. (PERUZZO, 2006 apud TEIXEIRA, 2012, p. 5).

Com o passar do tempo, a ideia de família foi tomando lugar à de comunidade e os grupos de pessoas que foram se formando, não levavam em conta só o grau de parentesco ou o fato de viverem juntas, mas, também, os objetivos e interesses políticos de cada um.

Raquel Paiva (2003) explica em sua obra *O Espírito Comum*, que o conceito de comunidade atualmente perpassa por um misto de controvérsias, equívocos e descasos. Para a sociologia e a psicologia o conceito incute a ideia de sociabilidade e funções sociais, principalmente em uma sociedade não capitalista. Que propõe uma crítica à sociedade da racionalidade, do trabalho alienante e alienado. Mas ela denota ainda outras interpretações com a ideia de relações pessoais dos grupos até o compartilhamento de ideias, na perspectiva psicológica. E no contexto filosófico e político, comunidade remete à possibilidade da participação de todos nas decisões que o grupo deve tomar, reforçando a igualdade e direito de todos.

Apesar dos conceitos apresentados que percorrem alguns campos de estudo, o foco da autora é no teórico alemão, Ferdinand Tönnies que distingue de forma mais completa duas configurações da nossa organização social: a sociedade e a comunidade. Esse antagonismo colabora com o estudo sobre sociedade industrial, bem como a contribuição que o conceito de

comunidade tem dado para evidenciar a contradição entre sistema econômico e desenvolvimento social. Tonnies em seus estudos, apresenta a relação antagônica presente entre a comunidade e a sociedade e procura também fazer uma abordagem sociológica sistemática.

A comunidade para Tonnies se justifica como tal quando há um conhecimento íntimo entre seus membros e uma afeição recíproca, em que surge a participação de um na vida do outro. A linguagem funciona como o significado de todos esses sentimentos que geram a comunidade, ou seja, é a partir da linguagem que o grupo se entende como uniforme. (PAIVA, 2003)

E ao mesmo tempo em que o autor caracteriza a comunidade, o conceito se apresenta de forma oposta à sociedade. Para Tonnies a sociedade representa:

Uma construção artificial de um amálgama de seres humanos que, na superfície assemelha-se à comunidade onde os indivíduos convivem pacificamente. Entretanto na comunidade permanecem unidos, apesar de todos os fatores para separa-los, ao passo que na sociedade permanecem essencialmente separados, apesar de todos os fatores tendentes para sua unificação. [...] na sociedade, *Gesellschaft*, não encontramos ações que possam derivar de uma unidade; nenhuma ação que manifeste o espírito da unidade realizada pelo indivíduo; nenhuma ação que mesmo realizada pelo indivíduo, tenha repercussão por aqueles que permanecem vinculados a ele, [...] cada um se mantém por si mesmo e de maneira ilhada, e até se dá uma certa tensão com os demais; [...] a sociedade se caracteriza por uma sociedade de repouso onde ninguém quer conceder e produzir nada para o outro. (TONNIES, 1997 apud PAIVA, 2003, p.58).

Segundo Tonnies, na sociedade as pessoas se mantêm individualistas e competitivas, suas ações são voltadas para elas mesmas e não para o próximo. Nela o que prevalece é a vontade individual, enquanto na comunidade prevalece o interesse coletivo. Ele ainda reforça que a comunidade não se firma somente a um estágio anterior à sociedade, mas, da possibilidade de que ambas existam, porém, de que a supremacia de uma ou de outra é o que caracteriza cada momento histórico. (PAIVA, 2003 p. 58-59)

Quando relata-se isso, significa dizer que a comunidade possui energia e conhecimento sobre a necessidade de reunir forças na busca de determinados objetivos. É possível perceber pelo atual momento em que a história do Brasil se encontra, que muitos grupos têm se formado na busca do que acreditam e as pessoas vêm sendo mais incisivas diante dos seus desejos e de representatividade, como é o caso das mulheres.

De volta aos vários campos que estudam o conceito de comunidade, para que seja possível chegar à perspectiva sociológica, que designa comunidade como o menor grupo social e como um completo e autossuficiente nível de organização social, o termo deve ser compreendido em seu contexto psicológico e ecológico. Na psicologia, a sociedade se qualifica

como a relação entre os indivíduos com a presença de sentimento de solidariedade, comunhão, identificação, bondade e integração.

Já para o âmbito ecológico a comunidade se descreve como um conjunto ou um grupo em um ambiente próprio. Esses dois aspectos confluem para uma ideia de família que envolve afetividade e território.

Mas a questão a que se pretende chegar é a de que seria possível que esse laço familiar se constituísse de forma também harmoniosa, para um nível de organização social mais elaborado, como por exemplo uma comunidade? Nesse sentido é que os meios de comunicação de massa atuam de forma prejudicial e problemática, tornando essa ideia de proximidade, presença física e comunidade cada vez mais distante.

Uma vez que os ambientes virtuais (internet) têm favorecido muito a interação de pessoas a longas distâncias, esse sentimento de comunidade que se pauta na efetividade e proximidade, tem se perdido cada vez mais. Da mesma forma, essa flexibilidade dos meios de comunicação propicia também, a construção de estruturas comunitárias entre indivíduos espacialmente separados. Essa construção é feita de acordo com critérios como afinidade, interesses comuns, desejos, valores e até por vantagens de cooperação, como é o caso das comunidades subalternas que se unem diante das suas dificuldades.

Outros importantes autores fazem essa análise sobre o conceito de comunidade, pelo viés da dicotomia, ou seja, estudando duas ideias antagônicas. Atualmente, a tradição sociológica tem sempre pautado seus estudos nesse sentido, de representar duas ideias opostas, como foi mostrado no estudo de Tonnies que trabalha a comunidade e a sociedade.

O intuito não é limitar o conceito de comunidade somente ao contexto sociológico, mas ir mais longe para que o leitor seja capaz de entender que esse termo vem se reaplicando a diferentes objetivos com o passar do tempo. Além de qualificar um grupo por suas experiências comuns, a comunidade através de caminhos sociais e comunicacionais tem transformado seu espaço em um projeto político. Esse projeto político busca diante das dificuldades, novas formas de impor seus posicionamentos e de tentar alcançar seus direitos, não permanecendo silenciados.

Comunidade provém de maneira resistente nos dias atuais, como uma alternativa aos indivíduos e grupos de darem voz aos seus desejos, ou seja, como uma relação interpessoal e ao mesmo tempo midiática que não sejam regidas pelo mercado de instituições e corporações que são pautadas pelo espírito da globalização financeira. Segundo Raquel Paiva, a comunidade “é um caminho de redescritção das tentativas sociais de produzir comunicação a partir de uma experiência comum, fora dos grandes circuitos do capital.” (PAIVA, 2013, p.5)

Em uma era de crescimento econômico, das neotecnologias da informação, de competitividade e individualismo, a comunidade recorre a uma oportunidade de trabalhar novas relações na tríade que envolve política, classes sociais e verba, que em sua grande maioria se apresenta de forma instável e injusta.

Em termos políticos, a comunidade faz referência a grupos que não são contemplados pela destinação de recursos feita pelo mercado contemporâneo, o que promove uma sociedade bipolarizada em matéria de classes sociais – muitos ricos/muitos pobres e privilegiados/despossuídos.

É possível analisar que a situação de algumas comunidades, como é o caso das subalternas, é de tal forma devido às condições em que esses grupos já estão submetidos como por exemplo, a falta de apoio político, econômico e também, do apoio da mídia. Ou seja, as comunidades dão ideia de força e resistência e isso não é bom para os que estão no poder como os políticos e empresários, já que confronta com seus interesses. É esse o ponto inicial que contribui com a análise sobre o silenciamento das comunidades subalternas no contexto da mídia.

A comunicação comunitária surge então, como uma nova possibilidade de sociabilização que rompe com o modelo econômico que exclui cada vez mais pessoas.

2.2 Aproximações conceituais da comunicação comunitária e comunidade

A relação entre a comunicação comunitária e comunidade se funde da composição ou formação das mesmas e além disso, das intenções com que esses grupos têm se formado na atualidade. O conceito de comunidade veio ao longo dos anos sofrendo alterações devido a sua complexidade e às novas formas, estudos e entendimento do termo como já foi mencionado mais acima.

O entendimento de comunidade perpetua por várias interpretações, o termo que antes se baseava em um grupo de pessoas que possuíam interesses em comum e que viviam em um mesmo local, foi mudando com o tempo e se integrando de outras formas. Além do interesse, as comunidades foram sendo formadas por pessoas que desejavam alcançar um mesmo objetivo, podendo esses indivíduos terem sido formados através de outros ambientes, como as redes sociais por exemplo.

Mesmo a palavra tendo sido revisitada durante todo esse tempo por diferentes entendimentos e configurações, ela nunca deixou de estar presente e reforçar sua ideia principal,

que é a união. Cicilia Peruzzo traz os motivos que determinaram essas transformações no termo e como foi sendo aplicada de acordo com os novos momentos. Para ela,

O sentimento de pertença, a participação, a conjunção de interesses e a interação, por exemplo, são características que persistem ao longo da história, enquanto a noção de lócus territorial específico como elemento estruturante de comunidade está superada pelas alterações provocadas pela incorporação de novas tecnologias da informação e comunicação. Sem menosprezar que a questão do espaço geográfico continua sendo um importante fator de agregação social em determinados contextos e circunstâncias. (PERUZZO, 2006, p. 12)

Morar em um mesmo bairro, possuir laços sanguíneos ou fazer parte do mesmo ambiente que seu vizinho faz, não são fatores que por si só garantem a existência de relações comunitárias. Hoje, entender um grupo como uma comunidade é o mesmo que dizer que compartilham interesses, possuem vínculos duradouros, cooperação e apoio entre seus membros. De tal modo, a comunicação comunitária pressupõe a existência de ação voltada para as relações sociais e as reflexões políticas, econômicas e morais que ultrapassa a ideia de simplesmente estar próximo ou compartilhar das mesmas situações.

É importante observar essas questões, pois nem todo meio de comunicação local é comunitário. O fato de ser direcionado a um mesmo grupo de pessoas, de possuir determinada linguagem ou abordar questões do local em que se encontra, pode trazer um discurso carregado e cheio de interesse mercadológico. Desse modo, como menciona Peruzzo, o veículo estará reproduzindo “padrões da mídia comercial privada em termos de interesses econômicos e políticos, além de se basear na mesma lógica de gestão e programação, distanciando-se da perspectiva comunitarista.” (PERUZZO, 2006, p. 12)

Sendo assim, para que o veículo seja caracterizado como comunitário, ele não deve possuir fins lucrativos, ter cuidado para não propagar e reforçar ideologias e discursos estabelecidos pela mídia e assim, contribuir com a ampliação da cidadania.

Por fim, um outro entendimento que tem tudo a ver com o assunto abordado neste trabalho e que possui vínculo direto com o conceito de comunidade e comunicação comunitária, é o estudo sobre a justiça social. A justiça social envolve todos os movimentos populares e as ações dos grupos de pessoas que desejam igualdade de direitos e solidariedade coletiva, fatores extremamente importantes.

As ONGs, sindicatos e todas as organizações do terceiro setor, apesar de não serem denominadas como comunidades específicas, buscam melhores condições de vida, igualdade e respeito entre todos.

A comunidade vai assim, através de pequenas ações ganhando força, transformando e contribuindo para a maior participação de todos, já que a grande mídia trabalha a favor de seus

interesses e não do seu verdadeiro papel que é informar e contribuir com a formação de pessoas críticas.

2.3 Contexto histórico da comunicação comunitária

Entender a importância e atuação da comunicação comunitária na sociedade atual requer pensar muito além de seu conceito sociológico, mas também, na compreensão do contexto histórico que nasce a partir dos anos setenta e oitenta, com os movimentos populares.

É a datar dos anos setenta e oitenta com a organização de movimentos populares em especial na fase de declínio do regime militar autoritário e no contexto de uma sociedade civil inconformada com as condições políticas, econômicas e sociais no Brasil – que se surgem os movimentos alternativos em suas diferentes vertentes, como é o caso das manifestações na rua e da comunicação entre os grupos minoritários.

A busca por melhores condições de vida e o descontentamento pautados pelo desejo de igualdade e liberdade são as possíveis causas das significativas manifestações. Ações estas representadas em sua maioria pela minoria, ou seja, pelas classes subalternas, que são grupos e camadas de classe em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna e que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Em toda a sua história, o Brasil passou por grandes movimentos reivindicatórios e libertários que contestavam de maneira mobilizadora as diferenças, os desafios e as dificuldades enfrentadas por comunidades e grupos de pessoas. Após a Guerra Fria, com as divergências políticas entre dois extremos como a URSS e os Estados Unidos, surge uma tendência ao processo de globalização em que as empresas precisaram se adequar.

As más consequências do processo de globalização foram inegáveis uma vez que, apesar do desenvolvimento tecnológico, científico e econômico que decorreram de todo processo globalizante, tal avanço, também causou desigualdades para as nações mais pobres. Dentre essas consequências estão a incursão de um conjunto de desigualdades na esfera societária, dificuldades adicionais de ampliar ou encolher a sua abrangência em função de captar o fenômeno da exclusão, de situar as novas categorias de trabalhadores, de mapear o setor de serviços e de classificar o lugar ocupado pela classe operária na divisão social do trabalho. (PERUZZO, 2003)

Como o processo globalizante é instaurado por meio de dispositivos ordenadores da lógica do mercado e do capital, como por exemplo os mass media, isso gerou um confronto entre uma comunicação para as minorias e comunicação para as massas. Cicília Peruzzo (1998)

menciona que o papel que as instituições de poder – mídia, Estado, grupos governantes – desempenham na atual conjuntura é direcionado às massas e seu principal objetivo é domesticar e convencer essa massa a aceitar as ideias e planos determinados por esses órgãos sustentados por seu poder.

É diante dessa exclusividade do mercado para o discurso público em relação aos fatos e à verdade, que surgem veículos de comunicação alternativa, que buscam através do processo comunicacional, algum alcance e a demonstração de suas lutas, anseios, ideais, forma de vida e outras questões que em sua grande maioria são silenciadas pela mídia, distorcidas ou não abordadas por questões de poder e interesse.

O jornalismo comunitário surge então como uma ferramenta comunicacional dentro das comunidades subalternas e com uma responsabilidade política ainda mais forte. De acordo com *Ciro Marcondes*:

O jornalismo comunitário é o meio de comunicação que interliga, atualiza e organiza a comunidade, e realiza os fins a que ela se propõe. (...) Um jornal comunitário (...) é elaborado por membros de uma comunidade que procuram através dele obter mais força política, melhor poder de barganha, mais impacto social, não para alguns interesses particularizados (anunciantes, figuras proeminentes), mas para toda a comunidade que esteja operando o veículo. (MARCONDES, 1986 apud PAIVA, 2003, p. 161).

Essa nova proposta comunicacional é permeada pela inserção de novos atores informativos diante a monopolização da versão pública sobre os fatos e sobre a verdade e não só do papel da grande mídia.

3 PAPEL DA MÍDIA

O papel exercido pela mídia desde muito tempo até os dias atuais é diferente da real função que um dia fora atribuída a esse instrumento, que além de ser um importante instrumento comunicador, formador de opiniões e expositor de ideias possui também, uma grande responsabilidade social. Considerada hoje pelos analistas políticos como o quarto poder, ela vem carregada de um discurso hegemônico e também de um monopólio coletivo quem tem distraído a massa e silenciado muitos acontecimentos em defesa daqueles que estão no poder.

Noam Chomsky, conhecido como um dos mais importantes e notórios intelectuais da era moderna, defende que para compreender o papel que a mídia ocupa na política contemporânea, é preciso entender duas concepções de democracia. Segundo Chomsky, a primeira delas é a que normalmente é encontrada no dicionário e nos grandes exemplares e defende que a democracia, “é aquela em que o povo dispõe de condições de participar de maneira significativa na condução de seus assuntos pessoais e, na qual os canais de informação são acessíveis e livres”. Já a segunda concepção de democracia ponderada por ele considera que “o povo deve ser impedido de conduzir seus assuntos pessoais e os canais de informação devem ser estreita e rigidamente controlados”, concepção pela qual nos deparamos de forma predominante na sociedade atual. (CHOMSKY, 2014)

Walter Lippman, um importante crítico da política interna e externa e também importante teórico da democracia liberal, procede a análise apontando a existência de dois papéis em uma democracia. O primeiro deles é atribuído às pessoas responsáveis, que conduzem, administram, planejam e compreendem os desejos da massa, conhecidos como classe especializada. Já a segunda categoria é denominada por Lippman como um rebanho desorientado, que são as pessoas que possuem o papel único e exclusivo de espectador e que em um processo já condicionado, vez ou outra, elege um membro da classe especializada para representá-los.

Ao final, por trás desses fatores, existe um princípio moral que sugere que a massa é estúpida demais para compreender as coisas, e que por isso deve ser domesticada por meio do que Lippman chama de produção de consenso.

O consenso é aquilo que as classes especializadas produzem e impõem no que chamamos de democracia, para que a grande massa siga. É nesse contexto que entra o papel da escola, da cultura popular e da mídia, que são divididas e determinam a forma como a realidade deve ser interpretada, além de induzir certas convicções. Desta forma, para que alcancem a

posição de autoridades na tomada de decisões, a mídia e os demais órgãos devem obedecer àqueles que possuem o poder de verdade, e que estão superiores a eles.

Edward Bernays, uma figura de destaque no campo das relações públicas, atribui a essência da democracia como sendo uma engenharia do consenso. Todos aqueles que dispõem de recursos e de poder são capazes de construir o consenso.

Para que a mídia e a demais organizações estejam incluídas às classes especializadas, é preciso que introjetem para si as crenças e doutrinas que servirão aos interesses do poder privado. Só assim, ela distrai a massa, tirando seu poder de pensar, discutir e duvidar aceitando tudo que é imposto por ela e estabelecido pelo Estado-corporação, de forma a representar essas instituições sem causar-lhes problemas.

Partindo desse pressuposto é possível perceber que além de serem propagadores dos mais diferentes problemas que a humanidade encontra, a mídia é também, conivente a tudo que acontece de forma errada e que silencia muitos grupos e comunidades subalternas.

A medida em que a sociedade foi se tornando mais livre e democrática, com questionamentos e movimentos na busca de direitos, as classes detentoras do poder foram perdendo os seus poderes e precisou recorrer a alternativas, como as propagandas políticas. Com o intuito de conter os desvios democráticos e se tornar parte do poder, a mídia veio deturpando cada vez mais seu papel como instrumento de defesa da democracia e com a responsabilidade social.

3.1 As memórias silenciadas de Armando Valladares, segundo Noam Chomsky

Um bom exemplo trazido por Chomsky sobre essa atuação da mídia de forma a silenciar determinadas situações, foi quando as memórias de Armando Valladares – um poeta, diplomata e ativista de direitos humanos preso pelo governo cubano por ser contra o ditador Fidel Castro – foram publicadas em um livro escrito por ele em maio de 1986, que teve grande destaque na mídia.

Em contrapartida pouco tempo depois a história de Herbert Anaya, presidente da ONG Comissão de Direitos Humanos de El Salvador (CDHES), que foi assassinado sem qualquer explicação a respeito do caso não teve absolutamente nenhum interesse pela mídia.

Ainda em maio de 1986, Valladares foi homenageado por Ronald Reagan em uma cerimônia de comemoração ao Dia dos Direitos Humanos, por sua coragem de suportar as torturas praticadas contra aqueles que eram opositos ao regime de governo de Fidel Castro. Em

seguida, foi indicado como representante dos Estados Unidos na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Também no mesmo mês, os membros sobreviventes do Grupo de Direitos Humanos de El Salvador – os líderes tinham sido mortos – foram presos e torturados, entre eles, Herbert Anaya, seu diretor. Mesmo presos, eles continuaram seu trabalho em defesa dos direitos humanos e como advogados, continuaram a reunir depoimentos de pessoas que haviam sido torturadas. Foram 430 depoimentos assinados das 432 pessoas que estavam presas que descreviam, sob juramento, a tortura que haviam sofrido, como choques elétricos e outras crueldades.

Conseguiram retirar às escondidas da prisão esse relatório de 160 páginas com o testemunho dos presos, juntamente com um registro em vídeo de testemunho das torturas sofridas por essas pessoas. Ele foi distribuído pela Marin County Interfaith Task Force on the Americas [Força-Tarefa Interconfessional para as Américas da Comarca de Marin]¹.

A imprensa nacional recusou-se a cobrir a matéria, bem como emissoras de televisão recusaram-se a reproduzir o vídeo. Poucos foram os interesses e desdobramentos sobre o caso. Nessa época, não eram poucos os que se derramavam em elogios a José Napoleón Duarte e Ronald Reagan. O diretor, Herbert Anaya que reuniu todos esses depoimentos não foi objeto de nenhuma homenagem. Nunca participou do Dia dos Direitos Humanos, nem foi indicado para nada. (CHOMSKY, 2014)

Libertado numa operação de troca de prisioneiros, foi em seguida assassinado, aparentemente pelas forças de segurança apoiadas pelos Estados Unidos. Muito pouco se soube a respeito do caso. Chomsky afirma que “A mídia nunca perguntou se a vida de Anaya poderia ter sido poupada se, em vez de silenciar sobre as atrocidades, ela as tivesse revelado.” (CHOMSKY, 2014)

Para que seja possível chegar aos problemas que envolvem as comunidades subalternas e as suas lutas, é preciso entender a questão da representação como realidade, ou seja, é necessário falsificar a história que a mídia e o sistema educacional, sob controle absoluto, desempenham com êxito em defesa da sua ideologia.

Esse controle do que é dito e do que não é dito, o silenciamento ou a pouca abrangência das questões sociais e dos problemas enfrentados pelas comunidades subalternas, são pautados

¹ Organização de raízes populares que conquistou reconhecimento local, nacional e internacional por sua contribuição para pôr fim às violações dos direitos humanos na América Central. Fundada em 1985, sua sede fica na cidade de Larkspur, comarca de Marin, Califórnia. (N. do T.).

pelo discurso político da mídia, um discurso que muitas vezes silencia e que não oportuniza críticas ou questionamentos sobre as autoridades máximas.

3.2 O poder da mídia, segundo Dennis de Oliveira

Dennis de Oliveira em seu livro “*Jornalismo e emancipação*”, que é baseado nos estudos de Paulo Freire um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, aborda em um dos capítulos o poder global contemporâneo, entendendo-o como sustentado por um tripé.

Para Oliveira, o poder global contemporâneo é sustentado por um tripé de três monopólios, que são eles: o monopólio do dinheiro, das armas e o terceiro que diz respeito a um dos objetos de estudo deste trabalho, o monopólio da voz (mídia).

Acontecimentos como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, a Guerra Fria que dividia duas superpotências e que fora marcado por forças, pensamentos e debates ideológicos antagônicos, foram episódios que marcaram fortemente as mudanças que ocorreram nos anos seguintes e que são reflexos até hoje na configuração do mundo atual e da mídia.

O autor pontua algumas características desse monopólio midiático, em que a primeira aborda a transfiguração do sentido do que é jornalismo em sua definição original, para o que é mídia nos dias atuais. Primeiramente, essa atividade era entendida como um esclarecimento a respeito da esfera pública, de decisões políticas e por isso, a denominação quarto poder – que seria um poder para representar os cidadãos na fiscalização dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A primeira fase do jornalismo que segundo o autor se pautava no esclarecimento, publicidade e na representação de ideias foi gradativamente sendo transfigurada para a mercantilização. Fato que ocorreu na medida em que as classes dominantes percebiam que essa tecnologia era também apropriada às correntes socialistas e operárias.

Foi a partir de então, que o jornalismo se consolidou como uma atividade comercial. Partindo do pressuposto de se transformar em empresa, o capital foi se apropriando desse direito público e transformou o direito à liberdade de expressão que abrangia todos os segmentos independente das diferenças sociais, econômicas e políticas, em direito da “liberdade do capital”, pautada nos que possuíam poder. (OLIVEIRA, 2017).

As empresas foram assim se transformando e transfigurando em empresas midiáticas, que é entendida como a transmissão de informação e entretenimento pelos dispositivos tecnológicos de massificação.

E assim vão entrando outras questões diante essa estrutura de poder que concebe a construção de identidades sociais pautadas em um modelo capitalista, assola a esfera de opinião pública e que, por fim, transformou os valores presentes na ideia de jornalismo rompendo com o discurso verídico e prezando por discursos aparentemente verdadeiro, confiável e pautado em figuras de destaque.

Todas as transformações que ocorreram no mundo contribuíram de forma definitiva e forte para uma remodelação na maneira de informar, nos objetivos e interesses da sociedade e principalmente, dos que estavam no poder. A ideia principal era vender, entreter, manipular e se sobressair em relação aos demais.

Alimentados pela velocidade luz das informações, por Fake News, pelo consumismo e por uma disputa que ou você entrava ou você entrava as pessoas foram se adentrando nesse mundo de ilusões e perdendo suas visões críticas.

Dessa forma, a grande mídia foi se moldando de acordo com suas necessidades e interesses, e se tornou capaz de conduzir e impor a forma de pensar dos indivíduos através de seu discurso, bem como determinar e priorizar os assuntos mais importantes, aqueles que lhes são mais convenientes e que dão retorno financeiro.

4 SILENCIAMENTO

Entender aqui o silêncio não se limita a interpretá-lo como um substantivo que de acordo com o dicionário é o estado de quem se cala, que silencia por si só, algo ou alguém. Como menciona Silva, essa análise remete à compreensão do silêncio como:

[...] a falta presente, a ausência ressoante e o calar que grita. Dessa forma, na tentativa de observar as margens do discurso, os efeitos de sentidos que produzem a desestabilização do logicamente estável (e estabilizado), a reflexão sobre o silêncio pretende, pela análise, dar voz àquilo que cala; afinal, concebemos aqui o silêncio como índice do significar e, na mesma medida, constitutivo do processo discursivo (...). (SILVA, 2014, p. 84)

Pensar o silêncio na ordem do discurso pode ser concebido de duas formas, a primeira delas como o silêncio que está presente em toda manifestação de linguagem (e, portanto, de discurso) e, ainda, no silêncio imposto de forma intencional, com o objetivo de calar.

No primeiro caso, a defesa de um determinado discurso reforça o objetivo e a ideia principal do sujeito sobre aquele assunto, essa ação gera conseqüentemente, um silêncio aos pontos contrários e que não são mencionados ou abordados. Deste modo, isso faz com que naturalmente, o silêncio esteja presente ou que seja um ato intrínseco ao discurso.

Já no segundo caso, o silenciar se faz não de forma natural, mas intencional, de forma coercitiva, pelo querer pôr em silêncio e pode ser entendido como uma censura. Orlandi menciona que na censura proíbe-se o sujeito de se inscrever em determinadas formações discursivas. Isso faz com que a identidade do indivíduo seja afetada enquanto sujeito do discurso, uma vez que, a personalidade através da formação discursiva é a forma pela qual identifica-se esse sujeito. (ORLANDI, 1995, p. 76)

Em cada situação o silêncio pode ser aplicado de formas diferentes, assim como o próprio discurso pode ser proferido com certo silenciamento. O silenciar aludi à falta de oportunidade para que as comunidades subalternas tenham liberdade sobre seu discurso, consigam partilhar suas dificuldades e os seus interesses a fim de promover mudanças.

De acordo com Van Dijk, o discurso da mídia atua de forma muito manipuladora, injusta e propagadora de ideologias, desprivilegiando os grupos minoritários e prejudicando-os.

A todos os níveis de discurso em geral, e nas notícias em particular, as ideologias são tipicamente expressas, implementadas ou acionadas pela manifestação de polarização entre grupos: Nós vs Eles. Assim, ao nível dos tópicos, títulos, significados locais, argumentos, descrições de pessoas, citações, unidades lexicais e muitas outras propriedades das notícias, nós vemos que as Nossas coisas boas serão realçadas, enquanto as coisas más Deles serão secundarizadas (mitigadas, marginalizadas,

ignoradas). Por outro lado, as coisas más Deles serão enfatizadas, enquanto que as Nossas tipicamente serão secundarizadas. (DJIK, 2005, p. 17)

Serão analisados o silêncio segundo a concepção de dois autores, a primeira autora é Eni Orlandi em seu livro *As formas do silêncio* e o segundo é Paulo Freire, com o livro *Ação cultural para a liberdade*, que vem complementar o estudo a respeito do assunto.

4.1 O silêncio, segundo Eni Orlandi

Compreender a comunicação comunitária significa entendê-la como uma alternativa à censura/silenciamento feito pela mídia comercial, que se torna cada vez mais globalizante e universalista e que não dá a devida atenção às questões sobre as comunidades subalternas por uma série de motivos.

Esses motivos englobam o apoio da mídia às instituições governamentais que não cumprem de forma efetiva com seu papel no campo assistencial e financeiro, o que faz com que os veículos sejam tendenciosos ocultando e distorcendo muitas situações para o conhecimento e entendimento da massa.

O discurso da mídia se consolida no esquema de falar muito e o tempo todo, simulando uma ideia de proximidade inexistente, propiciando ainda uma impressão de aproximação do real e formulando parâmetros de relação e comportamento, ou seja, ela cumpre com um papel de mediadora das relações sociais.

Eni Orlandi explica em seu livro *As formas do silêncio* que o silêncio pode ser entendido como aquele que atravessa as palavras, que existe entre elas, que indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda que aquilo que é mais importante nunca se diz. São formas de existir do silêncio que o caracteriza como fundante. (ORLANDI, 2011, p. 150). A autora vem explicar neste material formas possíveis dos sentidos do silêncio ou as prerrogativas para que o silêncio seja caracterizado de diferentes formas.

Prolongando essa análise, tem-se ainda as formas como os sentidos podem ser ‘silenciados’/ocultos que são: pelo silenciar ou pelo produzir o não sentido em que ele mostra algo que é ameaça.

O silenciamento (a política do silêncio) se diferencia do silêncio fundador na medida em que “a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa pôr em (por) si mesmo” (ORLANDI, 2007, p.73). Em outras palavras, o silenciamento seria uma forma de trabalhar as

palavras em dado discurso, estabelecendo uma relação através do discurso entre o dito e o não-dito, enquanto que o silêncio fundador, como o próprio nome diz, funda o iminente discurso e, portanto, não se prende à materialidade da linguagem (embora produza efeitos nesse espaço).

O silenciamento é caracterizado pela relação do discurso com o “poder dizer” (ORLANDI, 2007). Dessa forma, ao se inscrever em determinada formação discursiva e, considerando seu funcionamento próprio, leva-se em conta determinadas condições sócio-históricas e apagam-se os possíveis sentidos proibidos.

Dessa forma, a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada. Representa um efeito de discurso que instala o antiimplícito: se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma ‘outra’ formação discursiva, uma ‘outra’ região de sentidos. (ORLANDI, 2007, p. 73-74).

O silenciamento feito pela mídia se aplica de forma mais adequada ao contexto político que envolve poder e que se estabelece como um recorte entre o que se diz e o que não se diz, que é diferente do silêncio fundador que não estabelece nenhuma divisão e significa por si mesmo, ou seja, silencia.

A autora, em sua obra, distingue duas formas de existência da política do silêncio; a primeira delas, conhecida como o silêncio constitutivo, que é o mesmo que dizer algo para não (deixar) dizer outra coisa, que entende-se como o não dito necessariamente excluído. Desta forma, apagam-se os sentidos que se quer evitar, ou o que poderia significar de uma outra forma. Como exemplo temos a denominação Nova República que pretende apagar as memórias da Ditadura Militar.

Ainda como parte da política do silêncio tem-se ao lado do silêncio constitutivo o silêncio local, que é aquele que se caracteriza pela interdição do dizer e que como um claro exemplo temos a censura.

Um outro entendimento e estudo sobre o silêncio, é o aplicado por Paulo Freire, que trabalha o silêncio pela perspectiva da educação, Freire aborda a importância da educação para a formação do pensamento crítico do indivíduo diante de fatos e acontecimentos que são ocultos/silenciados.

Essa perspectiva do silêncio, segundo Paulo Freire, é fundamental para a situação que vem sendo retratada neste estudo a respeito do silenciamento da mídia e da utilização do jornalismo comunitário como uma alternativa.

Como o próprio nome do livro menciona, a ideia principal é falar sobre a educação como prática de liberdade, ou seja, a importância da educação como processo de alfabetização política para os casos que o autor retrata.

4.2 O silêncio, segundo Paulo Freire

Paulo Freire aborda em seu livro *“Ação cultural para a liberdade”*, que a educação é um caminho importantíssimo para que as pessoas alcancem sua autonomia e seus direitos. Neste trabalho, a relação que se pode estabelecer entre as dificuldades das comunidades subalternas e os estudos de Freire, é de que o autor defende que através da educação é possível que as pessoas formem um pensamento crítico e não vivam silenciadas e a mercê das classes dominantes e das injustiças sociais.

As situações em que esses grupos se encontram parte do entendimento do que Paulo Freire denomina como cultura do silêncio. Um conceito que engloba a compreensão dos níveis de consciência em sua relação dialética com as condições materiais da sociedade.

Essa submissão da massa ou o que Freire chama de cultura do silêncio, é consequência da situação em que estão submetidos esses grupos e que os fazem se posicionarem como incapazes de interferir e transformar a sociedade. Cicilia Peruzzo ressalta que [...] Só a educação das “massas”, na perspectiva de uma nova pedagogia, é uma força de mudança e de libertação. O que é libertação em Paulo Freire? É libertar da condição de pensar com a cabeça das classes dominantes. (PERUZZO, 2015)

Em seu livro *“Jornalismo e emancipação”*, o professor livre-docente em jornalismo Dennis de Oliveira, menciona que o conceito de cultura do silêncio segundo Freire, é entendido como um processo em que os mecanismos de opressão se manifestam de forma emblemática, através da naturalização das condições de hierarquias existentes. E que esses mecanismos de opressão vêm de um passado colonial marcado pelo patrimonialismo, colonialismo e escravidão. (OLIVEIRA, 2017). Para Freire:

Só é possível compreender a cultura do silêncio se a tomarmos como uma totalidade que é, ela própria, parte de um todo maior. Neste todo maior devemos reconhecer também a cultura ou culturas que determinam a voz da cultura do silêncio. [...] A compreensão da cultura do silêncio pressupõe uma análise da dependência enquanto fenômeno relacional que acarreta diversas formas de ser, de pensar, de expressão, tanto da cultura do silêncio quanto da cultura que tem voz. A sociedade dependente é, por definição, uma sociedade silenciosa. Sua voz não é autêntica, mas apenas um eco da voz da metrópole – em todos os aspectos, a metrópole fala, a sociedade dependente ouve. O silêncio da sociedade-objeto face à sociedade metropolitana se reproduz nas relações desenvolvidas no interior da primeira. Suas elites, silenciosas frente à

metrópole, silenciam, por sua vez, seu próprio povo. Apenas quando o povo da sociedade dependente rompe as amarras da cultura do silêncio e conquista o seu direito de falar – quer dizer, apenas quando mudanças estruturais radicais transformam a sociedade dependente – é que esta sociedade como um todo pode deixar de ser silenciosa face a sociedade metropolitana. (FREIRE, 1976, apud DENIS, 2017, p. 159-160)

Todo o desenvolvimento político, econômico, cultural e educacional que foram conquistados com a globalização, a estrutura capitalista vigente e as lutas da sociedade, ainda não foram suficientes para a total inclusão e o acolhimento de diversos setores populacionais. Muito pelo contrário, o Brasil ainda encontra dificuldades no que diz respeito às desigualdades, a negação da cidadania e a privação de classes subalternas de expressão nos meios de comunicação massivos.

Essa limitação das comunidades subalternas à comunicação, ora causa a deturpação das realidades que os envolvem, ora o silenciamento sobre seus problemas, projetos culturais, necessidades básicas e, ainda, suas lutas por dignidade.

É a partir da cultura do silêncio e do entendimento sobre as condições humanas, que Freire aborda a educação como ação cultural. (OLIVEIRA, 2017). Para Freire, a educação da massa pode vir a ser uma força de mudança e libertação e não alienadora e domesticadora. O autor menciona sobre a importância da educação no processo de formação da opinião crítica para que as pessoas saiam da condição de desinformação, manipulação e ignorância.

Entretanto, quando falamos sobre processo educacional e de estímulo para a construção do pensamento crítico pela grande mídia e pelas demais instituições de poder, que possuem influência e um importante papel nesse sentido, temos aí um problema: uma expressão hegemônica, que condiciona, com uma reprodução ideológica e material do capitalismo.

Freire considera que o “analfabetismo”, ou seja, a visão/leitura crítica que deveria ser feita pelas pessoas a respeito de muitos assuntos, não acontecem por diversos motivos que são espontâneos e indesejados. Ora como algo que passa de um para o outro, ora como uma dificuldade que pode ser trabalhada e que, conseqüentemente, caracterizam de forma ruim o nível de civilização de certas sociedades ou, ainda, como a manifestação da “incapacidade” do povo, de sua “pouca inteligência”, de sua “proverbial preguiça”.

Já a alfabetização da qual muitas pessoas têm acesso, é feita através de instituições já preestabelecidas que em muitos casos se passam por ingênuas, mas que na verdade sabem muito bem o que estão fazendo e onde querem chegar. São instrumentos domesticadores e alienantes, como é o caso da grande mídia, que através de uma ideologia de acomodação, exerce um controle sobre a grande massa reforçando o silêncio.

Freire aborda em seu livro, uma situação que mostra de forma clara as maneiras como esse silenciamento está presente no dia a dia das pessoas e nas condições que a mídia impera sobre as demais. Ao fazer alusão a uma história das condições que muitas pessoas vivem, ele relata que:

Olhando silenciosamente a foto em seus pormenores – latas de lixo, pouca higiene, aspectos típicos de uma área discriminada – disse, de repente: “Vivo aqui. Ando diariamente nessas ruas. Não posso dizer que jamais tivesse visto isto. Agora, porém, percebo que não percebia.” No fundo, aquele homem de Nova York percebia, naquela noite, a sua percepção anterior, cuja deformação ele pôde retificar ao tomar distância de sua realidade, através da representação da mesma. É verdade, também, que nem sempre esta retificação da percepção anterior se dá facilmente. É que a relação entre o sujeito e o objeto é tal que o desvelamento da objetividade afeta igualmente a subjetividade e, às vezes, de forma intensamente dramática e mesmo dolorosa. Em certas circunstâncias, numa espécie de “manha da consciência”, “prefere-se” à aceitação do real, como é, a sua ocultação, ficando-se com o ilusório, que se transforma em real. (FREIRE, 1981, p. 18)

Nesse discurso, os fatos comprovam o quanto as pessoas vivem em conformidade com situações como essas, o quanto possuem certa resistência em aceitar o real e como muitos problemas sociais são invisíveis e ocultos da sociedade que tem como característica preponderante, o individualismo.

É diante da condição de subalternidade que essas comunidades se encontram, da vontade de possuírem autonomia, dos objetivos que desejam alcançar e da necessidade de mudança no ambiente em que vivem, que são pensadas alternativas para melhorar a comunicação entre essas pessoas.

O jornalismo comunitário, surge então através de pessoas que pensam no coletivo e que querem contribuir com melhores condições de vida de todos os integrantes daquela comunidade. E para que dessa forma, alcancem autonomia e possam dar voz aos seus problemas.

5 JORNALISMO COMUNITÁRIO COMO VOZ E RESISTÊNCIA

Questões sociais são advindas de vários fatores, dentre eles a historicidade e os processos que foram determinantes para que algumas pessoas, bem como comunidades, se sujeitassem a condições inferiores a outras. Mas a questão é que com todos os anos que se sucederam e com acontecimentos como: a revolução, a globalização, o avanço tecnológico e o desenvolvimento econômico e político, por quais motivos o desenvolvimento social, as condições subalternas de muitas comunidades não estiveram alinhadas com os demais grupos e encontra certa relutância de instrumentos que detêm o poder como a grande mídia?

As condições históricas, que são em sua grande maioria permutadas por poder e pelo individualismo, ainda são muito visíveis na sociedade. Em uma sociedade que pensa em sua maioria de forma individualista e não coletiva, os órgãos dominantes acabam por possuírem uma determinada inclinação para o que chamamos de poder e controle. A grande mídia, é um exemplo de instituição que busca e defende, em sua grande maioria, os interesses mercadológicos.

Partindo do entendimento de como ocorreu o surgimento da comunicação comunitária e da importância dessa comunicação nos períodos em que ela foi incorporada, é pertinente alocá-la pelo viés jornalístico, que cumpre com um importante papel social e mobilizador. É nesse contexto que o jornalismo comunitário se encaixa, uma alternativa que as comunidades subalternas encontram para dar visibilidade aos seus desejos e situações que são pouco abordadas.

Esses meios de comunicação comunitária desempenham um papel importante e ao mesmo tempo transformador em uma sociedade construída por relações hierarquizadas, sustentada no poder e que condiciona de forma injusta situações, pessoas e suas participações/movimentos sociais. Peruzzo (2002) constata que:

São esses meios de comunicação que mais potencializam a participação direta do cidadão na esfera comunicacional. Primeiro porque se situam no ambiente onde as pessoas vivem, conhecem a localização e podem se aproximar mais facilmente. Processo que é facilitado quando a comunicação se realiza a partir de organizações dos quais o cidadão participa diretamente ou é atingido por suas ações. Segundo porque se trata de uma comunicação de proximidade. Ela tem como fonte a realidade e os acontecimentos da própria localidade, além de dirigir-se as pessoas da “comunidade”, o que permite construir identificações culturais (PERUZZO, 2002, p.11).

Além da situação em que as classes subalternas se encontram, muitas são as suas dificuldades para darem voz e mudarem a realidade em que vivem. É através destes desafios

recorrentes no dia a dia, que a comunicação que estabelecem dentro da comunidade atua como uma forma de voz e resistência.

Aqui, é importante destacar que os meios pelos quais esses grupos de pessoas podem contar um pouco sobre a sua história, estabelecer uma comunicação que é importante no dia a dia de cada morador do local e também servir como uma alternativa para melhorar as condições de vida é fundamental. Não que o jornalismo comunitário seja a única alternativa para alcançar o que precisam, mas é um dos caminhos que podem mudar os rumos das classes subalternas.

As perguntas presentes na introdução deste artigo podem ser respondidas diante dos dois principais conceitos que foram aqui trabalhados. O primeiro deles se refere ao silenciamento da mídia, que pode ser entendido como uma censura não só entre o dizer e o não dizer, mas que também podem impedir o sujeito de trabalhar questões que promovam sua identidade e ajude a construir a sua história.

A outra questão diz respeito ao mecanismo utilizado para possibilitar uma maior força, participação e alternativa para esses grupos, que é o jornalismo comunitário. É desta forma que essas minorias se inserem de forma mais efetiva e participativa no mundo atual, dão vozes aos seus problemas e reivindicam as condições de vida em que vivem. E através dos próprios meios que criam, além do trabalho já feito pela mídia de forma mais restrita, que podem aprofundar na divulgação de assuntos dos seus interesses e em questões que são favoráveis para o seu meio.

A comunicação alternativa propicia às pessoas serem 'sujeitos' dos acontecimentos e não meros 'objetos'. Surge assim, um novo meio para se comunicar, diferente daquele que é imposto pelo poder e guiado por um discurso hegemônico.

Esses meios alternativos, possibilitam ao homem mostrar suas realizações individuais ou coletivas, que compreende todo o grupo. São caminhos que surgem como força transformadora e adquirem um papel fundamental, que privilegia os marginalizados e excluídos sociais. Ao questionarem o sistema e seus valores, esses meios se apresentam de forma muito peculiar e que os diferenciam dos demais.

A globalização gerou uma grande concentração informacional, essas informações passaram a ser concentradas em veículos que detinham certo monopólio. Isso teve como consequência o rompimento da democratização das notícias ao público.

Com isso, a mídia deixa de ser um veículo para o público e se torna uma ferramenta em prol e a favor daqueles que possuem condições de pagar por seus serviços. Fatores esses que foram determinantes para a exclusão de certos grupos de seu direito de opinar, participar e contestar.

O jornalismo comunitário surge assim como uma alternativa a esses problemas e limitações enfrentados pelas comunidades subalternas. Uma vertente que se desenvolve em países emergentes ou em desenvolvimento, como uma chance de crescimento e aperfeiçoamento para o país e seus grupos. Conforme explica Mattia & Lazzarotto (1996, apud Brito e Santos, p. 7): “Bairros mais pobres, com mais carências de infra-estrutura, possuem laços de comunicação mais fortes do que bairros de classe média para cima. Bairros mais pobres tendem a buscar na comunicação a solução de seus problemas comunitários”.

A participação e o direito de escolha são as vezes, uma forma de fazer com que aqueles que estão em condições inferiores aos demais se sintam inseridos no processo. Mas, em sua maioria, ela é manipulada, uma vez que se a comunidade não tem conhecimento efetivo do que está se passando, ela acreditara que algo está sendo bom enquanto na verdade é uma forma de acalmar os descontentes.

O homem tem como necessidade básica ser ouvido, o que em certos momentos o interfere são as condições ou possibilidades para isso. De acordo com Brito e Santos, “A todos os homens não é dada a mesma possibilidade de interiorização; antes, passam por uma pré-seleção socioeconômica, na qual os que têm mais dinheiro se apropriam mais e, consequentemente, participam mais deste processo. ”

É pautado em uma comunicação construída dentro do ambiente que esses grupos de pessoas vivem, que se torna mais fácil elaborar seus processos e viver de maneira mais digna. Uma comunicação ou alternativa que circula entre o silenciamento da mídia, as dificuldades dos grupos e a luta por melhores condições de vida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda essa pós análise e ponderações a respeito da evolução do conceito de comunidade; das origens da comunicação comunitária; do papel da grande mídia que através do seu discurso exerce controle sobre a massa; do silenciamento praticado pela mídia no sentido de não priorizar questões dos grupos subalternos que buscam melhorar a qualidade de vida e assegurar o respeito aos direitos civis, políticos, sociais e comunicacionais e, por fim da importância do jornalismo comunitário como voz e resistência, comprova-se a importância desse tipo de jornalismo como uma alternativa para dar voz às comunidades subalternas.

O silenciamento da grande mídia para as questões das comunidades subalternas está presente ao defender os interesses específicos e o que traz retorno financeiro, e conseqüentemente, dar pouca importância ao que os grupos subalternos reivindicam, expõem e vivem dentro das suas comunidades.

É importante mencionar que o silêncio não é o ato de calar ou não dizer nada a respeito, mas ele se concretiza quando alguns assuntos se sobressaem a outros. Ao proferir determinado discurso e defender interesses específicos, a mídia acaba deixando a desejar algumas questões importantes e de grupos que precisam de apoio.

O interesse mercadológico e a defesa ideológica da mídia tradicional são suficientes para não dar em alguns momentos a atenção e importância que as comunidades subalternas deveriam ter. A forma como são representados, que leva em conta as condições em que já se encontram, fazem com que sejam vistos de forma ruim em alguns momentos e até mesmo carregados pelo esquecimento diante de outros assuntos veiculados pela grande mídia.

A grande mídia precisa exercer um papel social que faça grande diferença nas vidas de quem realmente precisa, cumprir com um papel social e não mero informativo, voltado ao entretenimento e à manipulação da massa. É mais uma forma de produzir escapismos, do que provocar a reflexão, educação e modificação de costumes.

Raquel Paiva menciona que a comunicação comunitária é uma alternativa importantíssima para as comunidades, uma vez que, através de uma análise crítica sobre os meios comunicacionais é perceptível o quanto as notícias divulgadas diariamente por veículos de abrangência nacional estão distantes da vida cotidiana desses grupos e comunidades.

A comunicação comunitária, é aquela feita pela comunidade, e em sua maioria por aqueles que vivem lá e que nem sempre possuem formação em jornalismo. O jornalismo comunitário seria uma alternativa mediada por um profissional da área com orientações necessárias e importantes às pessoas que fazem essa comunicação dentro da comunidade e também, uma

oportunidade para levar para fora desse ambiente e para que a população tome conhecimento sobre as questões das classes subalternas.

Dessa forma, o jornalismo comunitário seria um complemento à comunicação comunitária que contaria com a participação de um profissional formado que iria reforçar as lutas desses grupos, inserindo a mídia na participação de forma mobilizadora e não de propagadora de ideologias, com o silenciamento dos problemas.

É um jornalismo que deve ser pensado tanto pelos profissionais jornalistas quanto pelos veículos de comunicação como uma função social, uma forma de dar voz, mostrar os desafios e conquistas das comunidades subalternas. Dando assim uma chance para que esses grupos se insiram de forma mais efetiva nas discussões e no entendimento das questões da sociedade em que vivemos.

É importante que a mídia abra um espaço para as comunidades subalternas ou, mesmo aquelas que já atuam dessa forma, deem um espaço maior para as causas minoritárias e não manipule e aliene a sociedade conforme os desejos dos que estão no poder.

Comunidade disposta a erguer-se a favor de seus anseios, unir seu povo e tornar audíveis suas palavras, esse é o verdadeiro propósito das pessoas que vivem em comunidade. Mesmo com a informação tendo alcançado seu mais alto grau de rapidez e volume, ela não cedeu o devido espaço à participação comunitária para solucionar muitos de seus problemas sociais. Isso acabou por reforçar a necessidade dos grupos se unirem.

Mesmo aqueles que detêm o poder político e comunicacional tentando impor sua ideologia, a forma de pensar e conduzir como a única e verdadeira, pode contestar, trazer melhorias e resultados por meio da união dos grupos que possuem um mesmo interesse. E é por isso, que o jornalismo comunitário é tão importante e efetivo nessa luta que busca maiores igualdades e respeito às diferenças.

Abordar essa temática abre portas para que as próximas pesquisas possam discorrer de forma sobre a aplicabilidade do jornalismo comunitário, reforçando assim a importância do estudo e da prática dessa especialidade pelos profissionais da área como forma de dar voz e visibilidade aos grupos subalternos.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio; GUERREIRO, António. **A comunidade que vem**. Lisboa: Presença, 1993.
- BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. Tradução Fernando Santos. São Paulo: Wmf Martinsfontes, 2014.
- CHOMSKY, Noam. **Para entender o poder**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- DUNLEY, Gláucia Peixoto. **Para além da mídia e do estigma: a comunicação comunitária**. Rio de Janeiro: 2004. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/107046089826118226896936269568100287181.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2018.
- FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em Comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. São Paulo: Loyola, 2003.
- MOREL, Marco. **Jornalismo popular nas favelas cariocas**. Rio de Janeiro: RIOARTE, 1986.
- OLIVEIRA, Dennis de. **Jornalismo e emancipação: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire**. Curitiba: Appris, 2017.
- ORLANDI, Eni Pucinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.
- ORLANDI, Eni Pucinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Unicamp, 2001.
- PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- PAIVA, Raquel. **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos. **Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.
- PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária**. Brasília: 2006. Disponível em:

<<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2018.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Ideias de Paulo Freire aplicadas à comunicação popular e comunitária. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 24, 2017.

SANTOS, Vanessa Matos dos; BRITO, Jane de Jesus. **O jornalismo comunitário resgatando a cidadania**: relato de uma experimentação na cidade de Bauru - SP. São Paulo: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/janebritodejesus.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2018.

SEQUEIRA, Cleofe; BICUDO, Francisco. **Jornalismo Comunitário**: Conceitos, importância e desafios contemporâneos. Santos: [s.n.], 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0507-1.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2018.

SILVA, Leonardo Gueiros da. **Os ecos do silêncio no discurso midiático**: quando a língua é objeto de notícia. Recife: [s.n.], 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/13266/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Leonardo%20Gueiros.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2018.

SIMIONATTO, Ivete. **Classes subalternas, lutas de classes e hegemonia**: uma abordagem gramsciana. *Revista Katálysis*, Florianópolis: [s.n.], v. 12 n. 1 p. 41-49 11 jan. 2009. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802009000100006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 16 dez. 2018.

SOUSA, Mônica C. P. **O jornalismo que cala a periferia**: a dislexia discursiva e o silenciamento da pobreza. Rio de Janeiro: [s.n.], 2017. Disponível em: <[file:///C:/Users/usuario/Downloads/293-1-760-1-10-20170922%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/293-1-760-1-10-20170922%20(1).pdf)> Acesso em: 04 julh. 2018.